



ACÓRDÃO Nº980/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11753/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Uarini.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Juci Paula Goes de Araujo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Francisca Helena de Souza da Silva – 12420.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2959/2023-MP/RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Uarini. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Quitação. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Uarini, exercício de 2021, sob a responsabilidade da **Sra. Juci Paula Goes de Araújo**, na condição de Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos expostos no Relatório/Voto;
- 10.2. **Aplicar multa à Sra. Juci Paula Goes de Araújo**, no valor de **R\$4.000,00** (quatro mil reais), relativas às restrições 07, 09, 13 e 17 não sanadas, conforme exposto no Relatório/Voto, na forma prevista no artigo 54, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, com redação alterada pela LC nº 204/20, c/c art. 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo



ACÓRDÃO Nº980/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Dar quitação à Sra. Juci Paula Goes de Araújo**, nos termos dos arts. 72, II, da Lei nº 2.423/96, após cumprimento deste decisório e do recolhimento do valor da multa estabelecida;
- 10.4. Recomendar** à Câmara Municipal de Uarini que:
- 10.4.1.** Cumpra com rigor os prazos de publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, sob pena de reincidência;
- 10.4.2.** Realize o controle de forma efetiva, procedendo com registro contínuo e permanente de entrada e saída dos objetos adquiridos, mesmo que para consumação imediata;
- 10.4.3.** Implante melhorias no sistema de controle de combustível, visando atender os princípios da economicidade, transparência e eficiência, evitando, assim, perdas e danos ao erário;
- 10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando à **Sra. Juci Paula Goes de Araújo** acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do Acórdão;
- 10.6. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de maio de 2023.



ACÓRDÃO Nº980/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral